

Sr. Presidente

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados

No momento em que se esgotaram já mais de **3 dos 7 anos** que integram o período de programação financeira 2007-2013, importa fazer um balanço do que tem sido a sua concretização.

Slide de JFA

Como o Conselho Económico e Social resume, nas palavras de João Ferreira do Amaral, **falar do QREN é falar de 21,4 mil milhões de Euros de fundos comunitários**, isto é, mais de 2000€ por habitante, que o Governo tem sido incapaz de direccionar eficazmente para a competitividade, o desenvolvimento regional, a coesão social e territorial. **Falar do QREN é reconhecer que 7000 milhões de Euros de fundos comunitários ficaram por aplicar em Portugal até ao final de 2009. Falar do QREN força-nos a identificar uma visão centralista, burocrática, estatizante, governamentalizada**, que desvirtua princípios tão sagrados das políticas europeias de desenvolvimento regional como a coesão territorial ou a subsidiariedade.

É neste contexto que o PSD entendeu ser **oportuno, necessário e urgente** reflectir sobre o QREN. Desenvolvemos para isso um trabalho de equipa, que contou com os contributos dos nossos deputados, mas igualmente de cidadãos, autarcas, empresários, dirigentes associativos e investigadores.

Slide de Vozes

As vozes que colhemos, aqui ilustradas por amostragem, são claras. Apesar de um ou outro aspecto positivo, que deixamos ao cuidado do PS enunciar, existe um largo consenso que aponta no sentido de as coisas em matéria de QREN **não terem corrido bem, mas mesmo nada bem**.

Slide de Exemplos

Vale também a pena registar, em particular, os testemunhos recolhidos da parte de pessoas ou entidades que são totalmente insuspeitas de ter

alguma afinidade exclusiva com o PSD ou a oposição, como sucede, por exemplo, com **José Junqueiro, a Direcção da Associação Nacional de Municípios ou Adriano Pimpão**, que, já em 2006, alertava para erros crassos de concessão e implementação do QREN, em sede do Conselho Económico e Social.

Slide de Exemplos

Também individualidades que se encontram no terreno, e directamente ligadas à gestão operacional de fundos comunitários, não deixam de comungar do mesmo tipo de preocupações. Basta ver as afirmações do Presidente da CCDR-Norte, do fundador da ALFAMA, ou ainda do Presidente da AICEP.

Senhor Presidente,

É neste contexto que o Projecto de Resolução, que apresentamos, enuncia, **de forma fundamentada**, uma vintena de lacunas graves associadas ao QREN, das quais aqui destacamos três em particular.

Slide de Taxas de Execução

À cabeça, temos de colocar o nível alarmantemente baixo de execução. Comparando períodos homólogos do QCA III com o QREN, o primeiro fechou o seu terceiro ano de vigência com **25% de taxa de execução, enquanto que o QREN se quedou por 9%**. Significa isto que em três anos de QREN se executaram apenas 1,9 dos 24,1 mil milhões de Euros de fundos comunitários disponíveis. Sim, **repito bem**, somente 1,9 mil milhões de Euros de fundos comunitários foram validados até ao final de 2009. E, como se tal não bastasse, existem diversos Programas Operacionais que fecharam o ano de 2009 com **taxas de execução inferiores a 5%**.

Além da tremenda oportunidade perdida que representam, estes valores apontam para a existência de um sério risco de devolução de fundos comunitários a Bruxelas, **já a partir do final do presente ano**, como o

Tribunal de Contas refere, nos seus pareceres sobre a Conta Geral do Estado.

A um segundo nível, a nossa análise aponta para uma manifesta incapacidade de direccionar o QREN para o que deveriam ser as suas naturais aspirações. **Ao apostar nos grande projectos, em detrimento dos investimentos de proximidade. Ao negligenciar o papel que as PME e as autarquias poderiam e deveriam estar a desempenhar no reforço da economia, do desenvolvimento local e regional.** Ao distorcer a vocação de fundos destinados a apoiar Regiões de Convergência e territórios deprimidos. Aumentando **ainda mais** as assimetrias, ou, como disse Calisto Elói, neste mesmo local, através da pena de Camilo, as diferenças entre, e cito, **“a civilização que canta e dança”** e as **“três partes do País que choram”**.

Slide de Modelo de Governação

Em terceiro e último lugar, importa fazer referência à pesada burocracia, demora excessiva, centralização, complexidade do modelo de governação e de funcionamento do QREN.

Basta olhar para a quantidade de estruturas, organismos e circuitos de decisão para se perceber que a máquina do QREN é lenta, pesada e ineficaz, com diluição de responsabilidades e várias contradições intrínsecas, conforme antecipado pelo Conselho Económico e Social. Algo que é agravado por uma verdadeira enciclopédia de documentos que suportam o QREN, onde se contam **pelo menos 130 Portarias, Despachos, Decretos e Decisões Publicadas.**

Sr. Presidente,

Chegados até aqui, e sendo impossível fazer o tempo voltar para trás, o que fazer?

Slide de Recomendações

No nosso entendimento, reconhecer o que está errado, e caminhar rapidamente no sentido de introduzir um conjunto alargado de

modificações. Não se trata portanto de fazer meras alterações de pormenor ou afinações. Por isso mesmo, o PSD optou por associar ao seu projecto de resolução uma política de **3R**, ao recomendar ao Governo um conjunto de medidas de **Reprogramação, Redireccionamento e Reengenharia** da QREN. Feito o diagnóstico, o PSD, enquanto Partido responsável **que é**, apresenta um conjunto fundamentado de **20 medidas concretas que urge implementar**. Medidas cuja bondade pensamos poder ser reconhecida por todos aqueles que aspiram, dentro ou fora do Governo, a um verdadeiro e equilibrado desenvolvimento regional de Portugal.

Não é este o local para proceder a uma enumeração detalhada dessas mesmas recomendações, que se remete para uma leitura do nosso Projecto de Resolução. Pensamos que elas consubstanciam o essencial dos requisitos de mudança que diariamente nos chegam. Esperamos que os novos responsáveis políticos pela condução do QREN **passem rapidamente das palavras aos actos**, efectuando as alterações que **são prementes, que os portugueses reclamam e que Portugal merece**.

Sr. Presidente,

Sendo este o momento em faço a minha estreia no hemiciclo, permita-me que dirija algumas palavras finais de apreço e reconhecimento a todos aqueles que têm contribuído para fazer destes quase 4 meses um período **estonteantemente gratificante**.

A começar pelos **funcionários da Assembleia da República e do Grupo Parlamentar**, por todas as pequenas grandes barreiras que nos ajudam a ultrapassar diariamente.

Uma segunda palavra para os deputados que transitaram de anteriores legislaturas, das várias bancadas, cuja sabedoria acumulada nunca se cansam de ajudar a transmitir aos debutantes. O acrónimo **AR** ganha aqui um outro significado, de profunda **Admiração e Respeito**.

A derradeira palavra dirijo-a, como não poderia deixar de ser, a todos aqueles que, como eu, estão a dar aqui os seus primeiros passos,

independentemente do Partido que representam. O nosso crescimento conjunto tem sido tão profícuo como agradável. Concluo com uma pergunta e uma resposta, em jeito de adaptação livre, que espero que ninguém leve a mal, enquanto forma de singelo agradecimento a todos vós:

“Se o Parlamento podia viver sem os novos Deputados?

Poder, podia. Mas não era a mesma coisa!”

Disse